



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

13/11/2017

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ELEIÇÕES TJ.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DESEMBARGADOR.....	3
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	5
3.2. AÇÕES TJMA.....	6
3.3. EVENTOS.....	7
3.4. JUÍZES.....	8

Definida data para eleição do novo membro do TRE no TJ

Na sessão do próximo dia 22, os desembargadores escolherão o nome da corte para compor a Justiça eleitoral; regras do Regimento Interno foram mudadas para possibilitar participação de Cleones Cunha

CARLA LIMA
Subeditora de Política

No próximo dia 22, os desembargadores do Maranhão farão nova eleição. Desta vez para escolha do novo membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Por enquanto, há somente na disputa o atual presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Cleones Cunha.

O TJ foi informado na semana

TJ mudou regras do Regimento Interno para o pleito

passada, oficialmente, de que o biênio do desembargador Raimundo Barros no TRE chegará ao fim no dia 17 de dezembro. Com isso, a Corte maranhense precisa escolher novo membro para a Justiça Eleitoral no estado.



Biné Moraes

Cleones Cunha foi o único até agora a manifestar interesse pelo TRE

SAIBA MAIS

Outras escolhas

Além de Raimundo Barros, terminam o período de membro do TRE a juíza Kátia Coelho e o advogado Daniel Blume. Também é responsabilidade dos desembargadores a escolha de um juiz para compor a Corte Eleitoral. Os magistrados do TJ também escolherão uma lista tríplice a ser encaminhada ao presidente da República, Michel Temer, para que seja escolhido o jurista na classe de advogado para ocupar a vaga aberta com a saída de Daniel Blume.

Nessa eleição, os desembargadores deverão escolher Cleones Cunha, que por enquanto, foi o único magistrado a manifestar interesse em disputar a vaga de desembargador da Corte Eleitoral maranhense.

Além disso, o tribunal mudou as regras no Regimento Interno para escolha de membro do TRE. Pelas regras anteriores, Pela regra anterior, era vedada a candidatura de membros da mesa diretora do TJ, o que obrigava desembargadores em exercício do mandato a renunciarem com um ou dois meses antes do encerramento da gestão para serem candidatos.

Se for confirmado Cleones Cunha como membro do TRE, ele - pela tradição no tribunal eleitoral - deverá ocupar o cargo de corregedor, cujo atual titular é o desembargador Ricardo Duailibe, que com a saída de Raimundo Barros será o próximo presidente do TRE. Logo responsável pelo processo eleitoral de 2018. ●

ESTADO
MAIOR

Sindjus emite nota sobre a decisão do juiz Roberto de Paula, acerca dos "penduricalhos". POLÍTICA 3

ESTADO MAIOR

Penduricalhos de juízes

A polêmica sobre a decisão do juiz Roberto de Oliveira Paula renunciar a vantagens continua. Depois que a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) se manifestou criticando a decisão de seu associado, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus) também decidiu se pronunciar a respeito.

Roberto de Paula decidiu encaminhar ofício ao Tribunal de Justiça (TJ) para que sejam excluídos do seu contracheque vantagens que o próprio magistrado classificou de "penduricalhos", que são os auxílios moradia, saúde, alimentação e até livro. Juntado ao salário, o vencimento dele ultrapassava o limite máximo salarial, que corresponde ao que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Em um país que vive uma longa crise econômica e a constante reclamação dos valores gastos com a máquina pública, parece acertada a decisão de Roberto de Paula. Mas não para a AMMA, que, em nota, chamou o juiz de hipócrita.

Talvez a manifestação da associação seja uma reação imediata à possibilidade de a sociedade cobrar atitude parecida dos demais magistrados.

O Sindjus fez diferente. Em nota, o sindicato apoiou a decisão de Roberto de Paula, afirmando que a atitude do magistrado é corajosa e coerente.

"Temos a plena convicção que a atitude do ilustre magistrado, corajosa, coerente e irrepreensível do ponto de vista jurídico e ético, reflete o pensamento da sociedade civil quanto a mudança de postura", diz a nota.

A decisão do juiz ainda gera polêmica, apesar de ser correta diante da crise econômica do país

APARTE

Felipe Klamt
felipeKlamt@yahoo.com.br



ESTÃO APRONTANDO



Ninguém entendeu a expontânea decisão da desembargadora Nelma Sarney em devolver o cargo de prefeito de Bacabal a Zé Vieira (PP), inimigo declarado do grupo Sarney e, principalmente, do senador João Alberto (PMDB). Foi birra com a família ou retaliação com desembargador José Ribamar Castro?

ANÁLISE

Segurança terá destaque na pauta do Senado

O tema segurança pública deve tomar boa parte da atenção dos senadores até o fim do ano. A partir da próxima semana, começa a chegar ao Senado uma série de propostas para o setor aprovadas recentemente pela Câmara dos Deputados. Além disso, há outros projetos mais antigos em tramitação. O presidente Eunício Oliveira já cobrou agilidade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Quero sugerir ao Plenário que façamos uma semana de votações sobre microeconomia e, na sequência, ainda neste semestre, uma semana de debates de matérias sobre segurança pública. Eu falei com o presidente da CCJ para que todos os projetos que estejam lá na comissão relativos à segurança sejam votados e encaminhados ao Plenário”, informou durante a sessão de quinta-feira (9), citando pedido feito ao senador Edison Lobão (PMDB-MA).

Entre as propostas a serem votadas, estão o fim da progressão de regime para assassinos de policiais; a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e a instalação de bloqueadores de celulares nos presídios por parte das operadoras de telefonia móvel.

Os senadores devem analisar também regras mais duras para a saída temporária dos presos, o popular saído. Conforme o texto já aprovado pela



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, sugere ao Plenário a realização de semana de análise de propostas sobre segurança pública, além de uma sobre microeconomia

Câmara, se for reincidente, o detento terá de ter cumprido metade da pena, em vez de 1/4 como é atualmente. Além disso, o tempo de saída é diminuído de sete para quatro dias e a quantidade de vezes que a saída temporária poderá ser renovada no ano passa de quatro para apenas uma vez.

Completa o conjunto de propostas a que estabelece a retirada do Código Penal da atenuante para menores de 21 anos. As chamadas circunstâncias agravantes (art. 61) e atenuantes (art. 65) são obrigatoriamente levadas em conta pelo

juiz para determinar o tempo da pena. Os deputados, no entanto, mantiveram o benefício para maiores de 70 anos, o que gerou divergências.

Propostas na CCJ

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também está tramitando um conjunto de propostas sobre o tema, inclusive com mudanças na Constituição. A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ficou com a tarefa de relatar os projetos:

“Nós dividimos em três grupos. O primeiro com projetos

que se encontram prejudicados em função de legislação posterior já aprovada. Na semana que vem, vamos entregar os do segundo grupo, que são aqueles com parecer favorável, com ou sem emendas. E, posteriormente, ainda no fim deste mês, vamos entregar os projetos do terceiro grupo, que são aqueles que receberam parecer pela rejeição”, explicou a senadora na última reunião da CCJ, em 8 de novembro.

A senadora terá que opinar sobre mais de 30 proposições. Entre elas, está mudança no Estatuto do Torcedor para considerar crime o uso do raio laser; criação de normas de funcionamento de casas de shows; regras relativas à fabricação e comercialização de balas de borracha e destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Audiência pública

A próxima reunião da CCJ está marcada para amanhã. Será uma audiência sobre segurança, a ser realizada a pedido do senador Wilder Moraes (PP-GO). Todos os anos, as comissões do Senado escolhem uma política pública do governo federal para acompanhar. Em 2017, o tema escolhido pela CCJ foi a Política Nacional de Segurança Pública. Os interessados podem participar pelo portal e-Cidadania e pelo Alô Senado (0800612211).

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br



Tragédia silenciosa

Em silêncio, traficantes de órgãos humanos seguem enganando, viciando, extorquindo, transportando, recrutando e coagindo pessoas para realização de transplantes ilegais no Brasil, sem que nada seja feito efetivamente para evitar que, em pleno Século XXI, o homem se comporte como um manipulador técnico, vendendo o próprio homem ou pedaços dele, como se fosse mercadoria.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o Brasil inclui-se entre os países integrantes da zona cinzenta do mercado do tráfico de órgãos humanos e transplantes ilegais.

Os criminosos intermediam todas as preliminares que antecedem os procedimentos para recrutar e controlar o potencial dos doadores que são coagidos a venderem um rim, uma córnea, pedaços do fígado, do intestino e outras partes do corpo que o homem pode dispor sem morrer, embora com mutilações graves e dramáticas.

Difícil de ser rastreado e caracterizado pela sua subjetividade, o comércio ilegal de órgãos humanos no mercado negro cresce exponencialmente, atingindo a dignidade de pessoas vulneráveis. O crime merece um combate sem tréguas pelas autoridades brasileiras, que devem tomar cuidado para que casos relacionados a mafiosos não comprometam o programa nacional de transplante de órgãos que vem salvando e dando um sopro de vida a centenas de pessoas.

No mercado de tráfico de órgãos humanos, homens, mulheres, crianças e adolescentes são vendidos vivos ou em partes desde o primeiro minuto em que são considerados potenciais doadores de órgãos. Vivendo em situação de extrema pobreza, muitas pessoas vendem um rim para comprar um fogão, um colchão e, às vezes, até alimentos para a família.

Geralmente, a primeira pessoa da família a vender um órgão é o pai, depois a mãe e posteriormente o filho mais velho. Muitos são assassinados para a remoção e posterior comércio dos seus órgãos, em uma barbárie que expressa a coisificação do corpo humano. As consequências psíquicas são irreversíveis para aqueles que sobrevivem. É uma mistura de culpa com estigma social, medo, vergonha espiritual, morte psicológica.

Há décadas a Organização Mundial de Saúde vem alertando o Brasil sobre a atuação de traficantes internacionais de órgãos humanos no país. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal constatou, em 2004, inúmeros casos de transplantes ilegais, entre eles o do menino Paulo Veronesi Pavesi, considerado o marco zero das investigações da CPI.

O caso aconteceu em Poção de Caldas (MG) quando médicos comunicaram aos pais a morte encefálica de Paulo Veronesi Pavesi e a família consentiu a doação dos órgãos. Após uma investigação para apurar valores cobrados indevidamente pelo hospital, o pai do menino foi comunicado que seu filho foi assassinado pelos médicos e que, desde o momento que deu entrada para o tratamento, foi visto como um doador em potencial.

O ato criminoso envolvendo Paulo Veronesi Pavesi foi apenas um entre muitos da tragédia silenciosa registrada no País, a exemplo das crianças evisceradas em Pernambuco, Estado em que o Israelense Gedalya Tauber recrutava pessoas para a retirada dos órgãos e as levava para o sul da África, onde pacientes Israelenses já esperavam para o transplante. Outro caso que ganhou repercussão ocorreu em Taubaté, no Estado de São Paulo, quando foram presos e processados os médicos cirurgiões Rui Sacramento, Mariano Fiore Jr. e Pedro Torrecillas, por envolvimento em transplantes ilegais.

O tráfico de órgãos humanos caminha sobre rodas no Brasil, deixando rastros de dor nos familiares de pessoas levadas cruelmente à morte. A falta de investimentos em estrutura hospitalar, ausência de logística, filas gigantescas, longa espera por um transplante e a supervalorização de órgãos têm chamado a atenção de criminosos internacionais. Não é à toa que 5% dos órgãos humanos utilizados em transplantes no mundo provêm do mercado negro, com o Brasil fazendo parte dessa estatística.

Relatório da Organização das Nações Unidas, com o tópico "Turismo do Transplante", aponta a existência de muitos hospitais em que podem ser encontradas pessoas vindas de outros países aguardando órgãos humanos, frutos do tráfico. A maior parte dos órgãos vendidos por doadores no mercado negro é constituída de rins.

Quem decide se submeter a um transplante ilegal corre duplo risco. Antes de tudo pela condições sanitárias nas quais quase sempre são efetuadas essas intervenções e pelas escassas garantias sobre o estado de saúde dos órgãos transplantados, que podem ser veículo de infecções e de várias doenças, tais como o HIV e a hepatite.

Desaparecimentos ou homicídios de crianças e jovens estão muitas vezes ligados ao tráfico de órgãos humanos, tendo em vista a comprovação da existência de organizações internacionais recrutando pessoas em vários Estados brasileiros, num esquema criminoso que infelizmente permanece fora do radar dos serviços de inteligência brasileiros.

A doação de órgãos no Brasil é normatizada pela Lei dos Transplantes 9434/97 que – respaldada na Constituição Federal – tem 25 artigos norteando o tema tanto para doação Inter vivo e como para post-mortem.

Negócios

O volume de negócios no tráfico de órgãos é estimado em US\$1,2 bilhões de dólares. Esses valores encontram-se em constante aumento. O tráfico de órgãos é uma das mazelas mais graves que podemos presenciar na atualidade.

Mazela

O tráfico de órgãos é um crime cruel e desumano, atingindo diretamente a dignidade de pessoas vulneráveis. A máfia do tráfico atua no mundo inteiro, colocando milhares de pessoas vulneráveis no corredor da morte.

Prefeitura começa a instalar decoração natalina em S.Luís

São Luís entra no clima natalino com os preparativos da decoração especial que simboliza a data. A Prefeitura executa o trabalho em prédios públicos, praças, igrejas, rotatórias, avenidas e demais espaços públicos. O projeto totaliza 36 espaços com enfeites de Natal, 120 árvores - sendo duas de 15 metros de altura - centenas de peças decorativas e milhares de pontos de luz, enfeitando a cidade. Além dos adereços, será instalada iluminação diferenciada caracterizando o brilho que representa o período. O projeto integra as ações da Prefeitura para todo o período natalino, que terá vasta programação cultural em parceria com o Governo do Estado. “Para a escolha dos pontos decorados consideramos a grande movimentação de pessoas, a localização geográfica e o apelo

histórico, comercial e turístico destes locais. Esse conjunto de fatores favorece os principais pontos da capital, contemplando as áreas mais frequentadas e onde a movimentação de turistas é bem maior. Antecipamos o projeto e ainda este mês a cidade terá espaços decorados para que o cidadão se sinta no clima de Natal”, disse o secretário municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), Antonio Araújo. Está sendo feita a decoração da fachada da sede da Prefeitura, no Palácio La Ravardière, Centro Histórico. O local terá adereços luminosos, peças decorativas em formatos diversos e colunas de microlâmpadas em toda a estrutura. O espaço ganha ainda uma instalação de árvore de Natal luminosa com texto ‘Boas Festas’ e destaque de pontos de luz nas

palmeiras e árvores naturais em frente ao prédio. Somam 14 adereços e centenas de luminosos, que contemplam também a Avenida Pedro II.

No Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, a Prefeitura prossegue a instalação do conjunto de luminosos de microlâmpadas. O prédio ganha ainda adereços diversos como peças em formato de estrela, pinheiro e laços; e iluminação e decoração da muralha. O prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) recebe decoração semelhante.

Uma árvore de 15 metros de altura vai decorar a área da Lagoa da Jansen. A estrutura tem o formato convencional de pinheiro com ramos verdes decorados com os tradicionais motivos natalinos e a estrela luzente no topo. São tubos em led, adereços decorativos em formatos diversos e piscas-piscas. Os postes ao longo da Avenida Ana Jansen também recebem pontos de iluminação. Outra árvore com as mesmas

características será instalada na entrada da cidade, altura do aeroporto, no Tirirical. No Espigão da praia Ponta d’Areia, a iluminação vai decorar o calçadão e o prédio do Forte Santo Antônio. Ainda naquela área serão instalados adereços, peças decorativas e uma árvore de natal, além de anjos e caixa de presente iluminada com microlâmpadas.

PRAÇAS

A Avenida Pedro II e as praças Benedito Leite, Gonçalves Dias e Nauro Machado, no Centro Histórico; a Praça da Camboa, no bairro Camboa; Deus é Fiel, São Raimundo; e a Praça da Criança, no Itapiracó ganham decoração especial. Entre os itens, iluminação com microlâmpadas, enfeites natalinos na estrutura e árvores naturais, além de peças em formato de anjos, sinos e outros motivos da época espalhados ao longo dos espaços. Colunas dos quiosques destes locais recebem microlâmpadas e áreas do entorno, peças decorativas.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou, na última quarta-feira (8), sessão solene em comemoração aos 204 anos de instalação da Corte – completados no último dia 4 –, com a concessão da ‘Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima’ aos magistrados que completam 20 ou 30 anos de carreira; e da ‘Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo’ a magistrados de outros tribunais, personalidades, religiosos e servidores, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à Justiça. As duas Medalhas foram idealizadas pelo decano do Tribunal, desembargador Bayma Araújo. Foto/Ribamar Pinheiro



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha entregou a ‘Medalha Bento Moreira Lima’ ao desembargador Jamil Gedeon pelos 20 anos de carreira



Juízes receberam a ‘Medalha Bento Moreira Lima’ por completarem 20 anos de magistratura



As desembargadoras Anildes Cruz (corregedora-geral da Justiça) e Maria das Graças de Castro Duarte Mendes (vice-presidente) entregaram a ‘Medalha dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima’ aos homenageados José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Nelma Sarney e Tyrone Silva pelos 30 anos de magistratura

Juízes vão ao STF contra aumento na alíquota de contribuição previdenciária

Entidades de juízes ajuizaram ação no Supremo Tribunal Federal contra a Medida Provisória 805/2017, que fixou alíquota progressiva para os servidores públicos federais. Segundo as associações, a elevação dos percentuais de contribuição viola os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. O artigo 37 da MP instituiu uma progressividade para incidência da contribuição previdenciária ao fixar duas alíquotas: uma de 11% sobre a parcela dos vencimentos igual ou inferior ao limite máximo do Regime Geral da Previdência Social, e outra de 14% para servidores públicos federais com salários acima de R\$ 5.531,31. O texto também suspendeu o reajuste salarial previsto para 2018.

A Associação Nacional dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho e a Associação dos Juízes Federais do Brasil argumentam que a mudança eleva em 27,27% a contribuição praticada até agora “para não receber praticamente nada do estado em contrapartida e não ter assegurada uma previdência digna”.

As entidades destacam ainda que a Constituição não autoriza alíquota progressiva para a contribuição previdenciária de servidor público. O relator do processo é o ministro Ricardo Lewandowski.

COM INFORMAÇÕES DA
ASSESSORIA DE IMPRENSA DO STF.